

DINÂMICA E TRANSFORMAÇÃO DA ECONOMIA NORDESTINA NA DÉCADA DE 70 E NOS ANOS 80

*Renato Duarte **

Resumo: Estabelece um paralelo entre o Produto Interno Bruto do Brasil e o do Nordeste, mostrando o desempenho regional e a sua repercussão na economia nacional no período 1970-88. Destaca a dinâmica do produto regional, o comércio externo e o seu comportamento no período em estudo, bem como situa a economia nordestina no contexto econômico nacional. Analisa a dimensão social do crescimento econômico da Região e nas conclusões ressalta as perspectivas de crescimento do Brasil e do Nordeste, em particular, observando que a década de noventa prenuncia-se como de grandes transformações na economia brasileira.

1. DINÂMICA DO PRODUTO REGIONAL

A observação das séries históricas do PIB do Brasil e do Nordeste chama a atenção, de imediato, para o fato de as taxas relativas a ambos apresentarem trajetórias assemelhadas, apesar de mostrarem percentuais diferentes de variação anual. Isso é revelador, por um lado, dos reflexos que tem o comportamento da economia nacional sobre as economias regionais e, por outro, da existência de diferentes fatores que impulsionam o complexo econômico nacional e, no caso em apreço, a economia nordestina.

A análise das TABELAS 1 e 2 revela que, ao longo do período 1970-88, a evolução das economias brasileira e nordestina apresentou seis fases bem distintas:

- a) ocorrência de altas taxas de crescimento entre 1971 e 1973;

* Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco e Professor de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

TABELA 1
Brasil e Nordeste
Taxas de Crescimento do PIB cf Real
1970-1988
(1980 = 100)

ANO	BRASIL	NORDESTE
1970	8,3	- 0,5
1971	11,3	16,0
1972	12,1	10,6
1973	14,0	17,5
1974	9,0	3,6
1975	5,2	6,8
1976	9,8	10,5
1977	4,6	5,0
1978	4,8	9,7
1979	7,2	10,4
1980	9,1	8,3
1981	- 3,1	- 1,3
1982	1,1	8,9
1983	- 2,8	- 5,4
1984	5,7	9,8
1985	8,4	4,7
1986	8,0	9,1
1987	2,9	- 1,8
1988	- 0,3	1,7

FONTE: IBGE — Diretoria de Pesquisas e SUDENE/DPG/PSE/GCR.

TABELA 2
Brasil e Nordeste
Taxas de Crescimento do PIB cf Real
1970-1988

TAXAS DE CRESCIMENTO: NORDESTE E BRASIL		
	BRASIL	NORDESTE
1) 1970-79	8,6	8,8
a) 1970	8,3	- 0,5
b) 1971-73	12,5	14,7
c) 1974-79	6,8	7,6
2) 1980-88	3,1	3,6
a) 1979-83	0,9	2,4
b) 1981-83	- 1,6	0,6
c) 1984-86	7,4	7,8
d) 1987-88	1,3	- 0,1
3) 1970-88	7,1	7,6

FONTE: IBGE — Diretoria de Pesquisas e SUDENE/DPG/PSE/GCR.

- b) períodos de alternância de taxas elevadas e moderadas entre 1974 e 1980;
- c) crescimento negativo entre 1981 e 1983;
- d) retorno à fase de alternância de taxas altas e moderadas entre 1984 e 1986;
- e) pequeno crescimento do PIB do Brasil e taxa negativa do PIB do Nordeste em 1987*;
- f) comportamento inverso das duas economias em 1988, com crescimento positivo da economia do Nordeste, graças ao excelente desempenho da agricultura.

Essas fases correspondem, respectivamente, aos seguintes momentos da história recente da economia brasileira:

- a) período final do ciclo expansivo, que ficou conhecido como a época do “milagre econômico”;
- b) fase da desaceleração da economia, em decorrência do “choque do petróleo” e da redução do fluxo de capitais externos;
- c) período recessivo coincidente com a crise econômica mundial;
- d) fase de recuperação, correspondente ao novo surto de crescimento das economias capitalistas centrais;
- e) recrudescimento da crise econômica que tem afetado os países endividados.

A TABELA 3, mais detalhada, mostra que, no período de 1970-86:

- a) as taxas de crescimento dos três grandes setores foi maior no Nordeste do que no Brasil como um todo;
- b) as taxas de crescimento da agricultura nordestina só não superaram as do produto setorial brasileiro durante a seca de 1979-83;
- c) a indústria brasileira cresceu mais do que a indústria nordestina durante os períodos 1971-73 (época do “milagre econômico”) e 1984-86 (fase da recuperação pós-recessão);
- d) o terciário cresceu mais no Brasil do que no Nordeste somente no período do “milagre” e em 1988, ano este, aliás, atípico em termos de comportamento do setor terciário nordestino.

* Em 1987 ocorreu uma forte estiagem no Nordeste, que resultou em perda de 5,4 milhões de toneladas de produtos agrícolas. TABELA 4.

TABELA 3
Brasil e Nordeste
Taxas de Crescimento do PIB *cf* Real, por Setores
1970-1988

ANOS	BRASIL			NORDESTE		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Agricultura	Indústria	Serviços
1) 1970-79	3,9	9,4	8,9	4,8	9,8	10,4
1971-73	4,6	14,3	12,9	15,1	7,9	10,6
1974-79	4,0	6,9	7,2	4,1	11,1	11,2
2) 1980-88	3,8	1,8	4,0	1,8	1,2	7,0
1979-83	3,8	- 1,9	2,4	- 5,3	- 1,6	8,0
1981-83	2,4	- 5,4	0,2	- 6,7	- 3,0	7,4
1984-86	1,5	9,0	5,2	18,2	6,2	9,5
3) 1970-88	4,1	6,1	6,9	3,5	5,9	9,3
4) 1987	14,0	0,2	2,8	- 23,0	1,5	3,7
5) 1988	- 0,4	- 2,5	2,2	14,2	- 4,1	- 0,7

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GDR e IBGE/DECNA.

Várias considerações são pertinentes a respeito da dinâmica da economia nordestina, a partir dos dados contidos nas TABELAS 1, 2 e 3. Em primeiro lugar, cabe observar que o impacto da recessão que se abateu sobre a economia brasileira no período 1981-83 foi menos intenso no Nordeste, apesar de esta região ter sofrido, naquela época, a mais prolongada seca de que se tem conhecimento, que se estendeu de 1979 a 1983. Constata-se, assim, que os fatores atenuantes da recessão sobre a economia nordestina foram suficientemente fortes para fazer com que os efeitos conjuntos da recessão e da seca tivessem sido menos intensos no Nordeste do que o impacto recessivo sobre a economia nacional (GRÁFICO 1).

São várias as explicações para esse fenômeno. A nível da economia nordestina, verifica-se que, conquanto sejam muito fortes os efeitos das secas sobre a agricultura da Região, eles não repercutem com igual intensidade sobre as atividades industriais e terciárias, de modo que a perda de safra provocada pelas secas nem sempre se manifesta através de taxas negativas de crescimento do PIB regional, como ocorreu em 1976, 1979 e 1980.

De qualquer modo, pode ser intenso o efeito debilitador que tem uma seca sobre a economia regional: basta mencionar, por exemplo, que a redução no volume da produção nordestina de arroz, feijão, mandioca e milho entre 1982 e 1983 foi de 32%(23)*. Em segundo lugar, o ano seguinte ao de ocorrência de uma seca tem sido sempre de excepcional incremento na produção agropecuária, refletindo-se em elevadas taxas de crescimento do PIB do Nordeste. Considerem-se, por exemplo, os anos pós-seca de 1971, 1977, 1984 e 1988, em que o PIB da agropecuária cresceu a taxas de 34,5%, 15,8%, 38,5% e 14,2%, respectivamente, como mostra a TABELA 4.

Deve-se observar, no entanto, que os ímpetos de recuperação pós-seca não têm sido suficientes para impulsionar a produção agropecuária, não resultando em elevações do PIB do setor para patamares acima dos níveis históricos: o fato é que os índices da produção agropecuária nordestina, durante os anos oitenta, vêm-se mantendo próximos daqueles da década anterior (GRÁFICO 2). À falta de dinamismo da agricultura nordestina, soma-se o fato de serem muito lentas as transformações no

* Tabela 13.

TABELA 4
Nordeste
Taxas de Crescimento do PIB cf Real, por Setores
1970-1988
(1979 = 100)

ANO	Agricultura	Indústria	Serviços
1970	- 17,4	7,6	5,7
1971	34,5	3,8	7,0
1972	5,9	9,2	13,0
1973	7,0	10,0	11,9
1974	- 10,5	10,4	11,4
1975	14,4	6,2	11,2
1976	2,4	14,8	12,6
1977	15,8	6,8	11,0
1978	4,6	14,4	12,0
1979	0,0	14,6	8,8
1980	- 0,9	2,7	9,8
1981	- 6,3	- 12,4	7,0
1982	14,5	5,9	10,9
1983	- 24,4	- 1,7	4,5
1984*	38,5	2,0	6,9
1985*	4,5	10,3	8,0
1986*	14,2	8,3	13,7
1987*	- 23,0	1,5	3,7
1988*	14,2	- 4,1	- 0,7

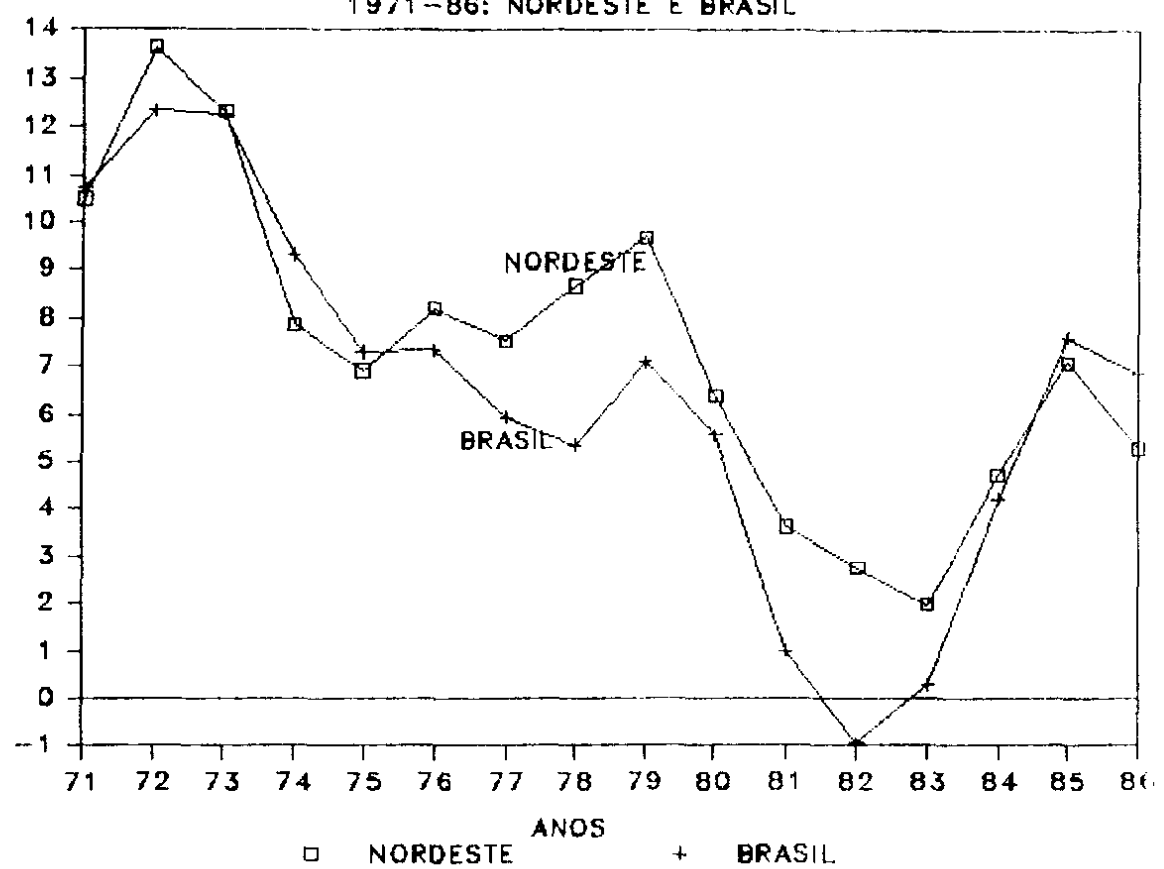
FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.

* Dados Preliminares.

GRÁFICO 1

MÉDIAS MÓVEIS DAS TAXAS DE CRESCIMENTO

1971-86: NORDESTE E BRASIL



setor. A TABELA 5 mostra que durante o período de 1970-87 não ocorreram mudanças significativas na participação das principais culturas na formação do valor da produção agrícola da Região.

Considerando-se cada um dos três grandes segmentos em que estão agrupadas as principais lavouras, a TABELA 5 revela que, nos períodos considerados, o grupo dos produtos alimentares apresentou flutuações na contribuição relativa para o valor da produção agrícola do Nordeste e que a pequena recuperação verificada no ano de 1987 deveu-se ao aumento de participação das frutas, especialmente o mamão, a banana, a manga e a melancia. Dos alimentos básicos, apenas a mandioca teve uma participação relativa, em 1987, próxima dos níveis históricos, ao contrário do que ocorreu com o arroz, o feijão e o milho.

O grupo das lavouras de exportação ou para processamento industrial também apresentou variações na participação relativa, ao longo do período considerado, se bem que o percentual relativo a 1987 ficou próximo daquele observado em 1980. Os percentuais referentes a esse grupo mostram que o algodão, o sisal, o coco-da-baía e a mamona perderam posição relativa.

A TABELA 5 revela, por outro lado, que vem crescendo a participação relativa de algumas culturas — soja, borracha e uva — que até o início dos anos oitenta, não tinham expressão econômica no Nordeste. A tabela mostra ainda a trajetória ascendente que vêm tendo o caju e o tomate no valor da produção agrícola da Região.

A cana-de-açúcar, considerada à parte, tem tido uma participação crescente no valor da produção agrícola do Nordeste a partir do início da década de oitenta, graças aos estímulos decorrentes da implantação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL). A TABELA 5 é reveladora, ainda, de dois traços marcantes da produção agrícola do Nordeste:

- a) as flutuações do peso relativo das principais lavouras na composição do valor da produção agrícola:
- b) o lento crescimento da participação relativa daquelas culturas, o que é indicativo de ausência de transformações mais acentuadas na estrutura da produção agrícola regional.

GRÁFICO 2

EVOL.ÍNDICES DO PIB REAL GLOBAL E POR SET.ECONÔMICOS DO NE (1970-87) - 1975 = 100

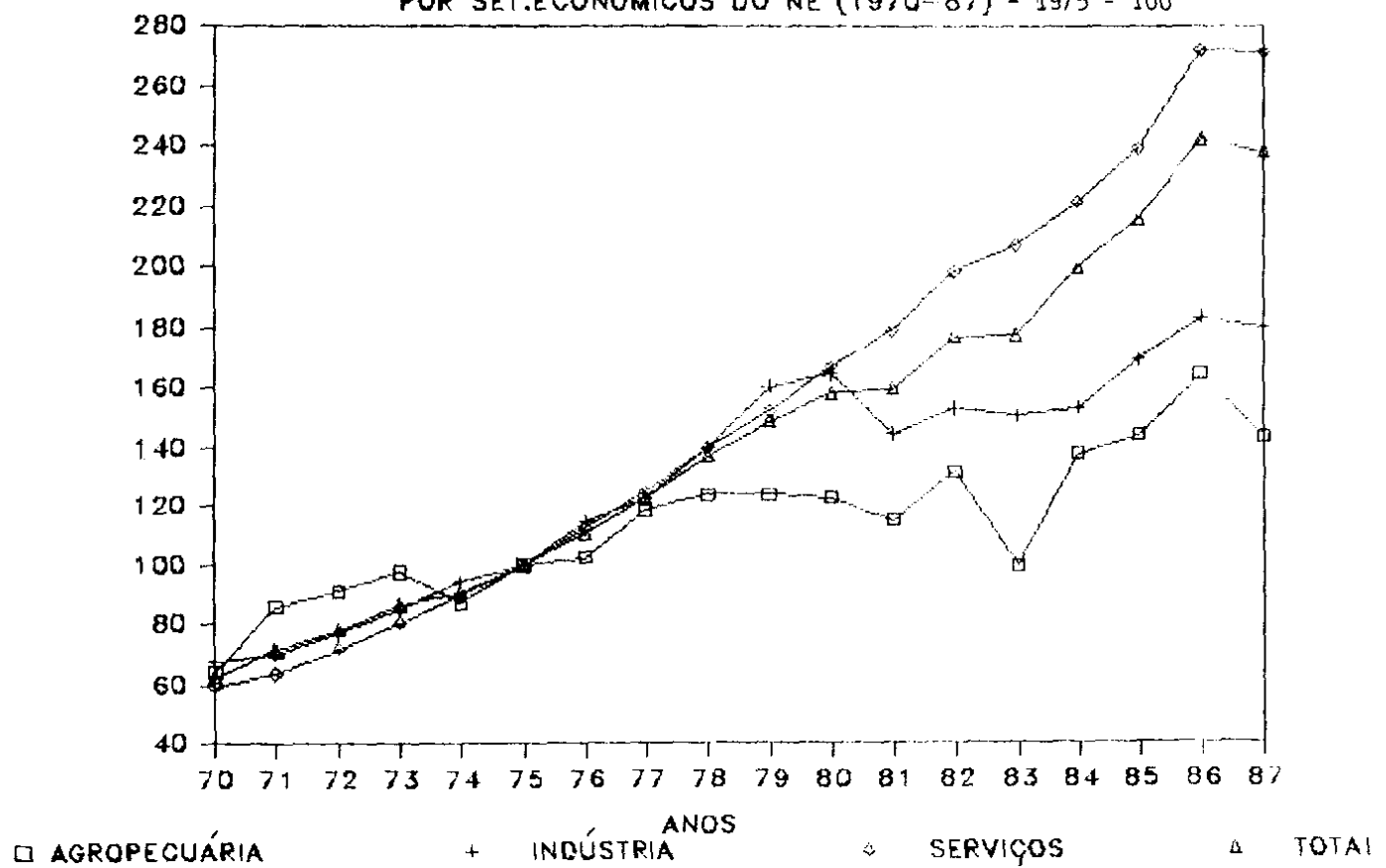


TABELA 5
Nordeste
Participação das Principais Lavouras
no Valor da Produção Agrícola
Anos Selecionados
(%)

Grupos e Tipos de Lavouras	1970	1975	1980	1985	1987
I - Voltados para o Abasteci- mento Alimentar	46,7	49,7	44,8	34,3	39,8
Abacaxi	0,7	0,5	0,5	0,9	1,2
Arroz	5,5	9,2	6,7	6,1	3,7
Banana	7,9	3,8	4,3	2,5	3,3
Batata-doce	1,7	1,2	0,8	0,6	1,0
Cebola	0,6	0,2	0,9	0,4	0,3
Feijão	9,5	8,9	11,2	7,4	5,7
Mamão	-	0,0	0,1	1,9	5,6
Mandioca	15,0	18,3	16,2	9,4	15,4
Manga	-	0,9	0,6	0,4	0,8
Melancia	-	0,3	0,3	0,2	0,5
Milho	5,8	6,4	3,2	4,5	2,3
II - Voltados para a Exporta- ção e Processamento	36,4	33,4	31,0	42,0	29,4
Algodão	12,6	8,9	6,8	7,5	2,2
Borracha	-	-	-	0,2	0,6
Cacau	9,6	10,4	11,2	14,7	10,3
Café	1,2	1,6	2,3	4,1	2,2
Caju	-	1,0	1,2	2,8	4,1
Coco-da-baía	4,1	2,2	1,8	2,3	1,6
Fumo	1,8	1,2	1,3	1,1	1,2
Laranja	2,0	1,7	1,9	3,0	2,3
Mamona	2,1	1,1	1,1	1,4	0,4
Sisal	1,8	3,9	1,9	1,6	1,0
Soja	0,0	0,0	0,0	1,4	0,6
Tomate	1,2	1,4	1,4	1,7	2,5
Uva	0,0	0,0	0,1	0,2	0,4
III - Cana-de-açúcar	16,3	15,4	22,6	22,6	29,6
IV - Outros	0,6	1,5	1,6	1,1	1,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Fundação IBGE (5) (6) (8) (15).

Esse problema tem as suas causas mais visíveis na redução da área ocupada por algumas culturas de maior expressão econômica (algodão, coco-da-baía, mamona, mandioca e sisal) e na queda dos níveis de produtividade da maior parte das principais lavouras na Região: banana, cacau, coco-da-baía, feijão, laranja, mamona, mandioca e sisal (TABELAS 6 e 7). Apenas a cana-de-açúcar, dentre as culturas de maior expressão econômica, tem apresentado um persistente aumento da área ocupada.

Outra explicação para a menor intensidade do impacto recessivo sobre a economia nordestina está ligada às políticas emergenciais do Governo Federal, através da construção de obras de infra-estrutura física para a atenuação dos efeitos sociais das secas, que têm contribuído para manter os níveis de investimentos na Região nesses períodos de fortes reduções da produção regional, particularmente na agropecuária.

O aumento da formação de capital físico no Nordeste em períodos de secas pode ser constatado, por exemplo, através dos aumentos dos investimentos em obras (exceto melhoria de terras), em anos de chuvas normais, comparativamente com anos de seca. Foram registrados os seguintes incrementos: 2,2% em 1969 e 26,4% em 1970; 5% em 1975 e 23,8% em 1976; 2,6% em 1979 e 15,6% em 1982.⁽²⁶⁾

2. FONTES DO DINAMISMO REGIONAL

Deve-se mencionar, por outro lado, que os efeitos diferenciados dos ciclos recessivos sobre as economias brasileira e nordestina encontram explicação na natureza distinta das forças que impulsionam os dois complexos econômicos.

Enquanto o setor industrial e as atividades ligadas ao setor exportador têm sido as principais fontes de dinamismo da economia brasileira no período considerado, no Nordeste, os impulsos de crescimento têm sido, direta ou indiretamente, induzidos pelo setor público.

Considerando as taxas de crescimento por atividades econômicas entre 1970 e 1983 (TABELA 8), observa-se que cinco subsetores apresentaram taxas mais elevadas: indústria extrativa mineral; atividades financeiras, bens imóveis e serviços às empresas; energia elétrica e abastecimento de água; comércio (inclusive restaurantes e hospedagem); e indústria de transformação.

TABELA 6
Nordeste
Área Ocupada das Principais Lavouras
Anos Seleccionados
(1.000 ha)

ANOS	Algodão em Caroço	Arroz em Casca	Banana	Cacau	Cana-de- Açúcar	Coco-da- Baía	Feijão	Laranja	Mamona	Mandioca	Milho	Sisal
1969	3.068	774	96	406	606	111	1.507	20	575	1.004	2.062	311
1973	3.140	966	98	379	911	127	1.681	24	327	1.055	2.199	248
1977	3.247	1.034	119	382	935	154	1.955	35	212	1.286	2.486	296
1980	2.905	1.275	139	438	1.026	160	1.791	49	354	1.293	2.193	296
1984	2.328	1.128	136	502	1.239	155	2.277	54	340	1.042	2.400	320
1988	1.435	1.436	164	556	1.700	138	2.976	58	243	975	3.224	298

FONTE: BNB (23). Tabela 14.

TABELA 7
Nordeste
Produtividade das Principais Lavouras
Anos Seleccionados
(kg/ha)

ANOS	Algodão em Caroço	Arroz em Casca	Banana	Cacau	Cana-de- Açúcar	Coco-da- Baía	Feijão	Laranja	Mamona	Mandioca	Milho	Sisal
1969	282	1.344	39.459	500	44.910	2.763	543	17.069	947	12.954	774	1.001
1973	282	1.299	31.428	493	45.890	2.033	516	12.412	721	11.295	687	1.051
1977	207	1.444	32.068	625	47.563	1.447	372	15.551	676	10.660	662	761
1980	132	1.164	28.346	689	46.725	1.534	280	18.846	437	10.305	378	794
1984	340	1.383	28.673	559	48.053	1.590	372	17.234	418	10.322	569	702
1988	391	1.458	28.223	485	46.991	1.972	410	18.738	639	10.526	695	650

FONTE: BNB (23). Tabela 15.

TABELA 8
Nordeste
Taxa de Crescimento do PIB por Ramos de Atividades Econômicas
(%)

ATIVIDADE ECONÔMICA	NORDESTE				
	1970/78	1970/83	1979/83	1981/83	1985
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	8,9	3,7	- 7,5	- 9,7	4,5
Indústria Extrativa Mineral	9,5	18,3	34,8	44,6	2,6
Indústria de Transformação	11,2	7,6	- 1,6	- 2,3	10,4
Energia Elétrica e Abastecimento de					
Água	8,9	9,2	6,2	11,5	10,8
Construção	7,8	4,8	- 1,8	5,3	- 0,7
Comércio (inclusive, Rest. e Hospeda- gem)	11,1	8,5	3,9	- 0,1	12,3
Transportes, Armazenagem e Comuni- cações	13,7	8,0	- 3,5	- 2,6	8,6
Ativ. Finan., Bens Imóv. de Serv. de					
Empresas	11,2	11,4	12,4	8,5	9,0
Serviços Comunitários, Sociais e					
Pessoais	9,0	6,7	1,9	0,2	21,1
TOTAL	10,2	7,9	2,7	2,1	4,7

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.

Esses subsetores, conjuntamente, correspondem a 62% do PIB regional. A TABELA 9 é esclarecedora do papel que têm os investimentos públicos para o crescimento da economia nordestina. A indústria extrativa mineral tem crescido graças aos investimentos nos ramos químico e metalúrgico, através da utilização dos recursos dos incentivos fiscais administrados pela SUDENE.

As atividades financeiras encontraram um espaço privilegiado dentro da dinâmica da economia brasileira a partir da década de setenta, beneficiando-se do efeito conjugado das altas taxas de inflação e dos elevados "déficits" orçamentários do Governo Federal. Como a expansão do circuito financeiro é alimentada pelos setores produtivos e como a economia nordestina cresceu mais do que a brasileira no período 1970-87, tem-se aí, em síntese, a explicação para as altas taxas de crescimento das atividades financeira na Região*. Por conseguinte, o setor público contribuiu diretamente para o crescimento daquele subsetor.

A TABELA 9 mostra, também, que os investimentos para a produção e distribuição de energia elétrica e para abastecimento de água no Nordeste são feitos, na sua totalidade, pelo setor público. Vale lembrar, a propósito, que, ao longo da década de setenta e no início dos anos oitenta, foram feitas grandes inversões, pelo Governo Federal, com vistas à exploração do potencial hidrelétrico da Região, através da conclusão das usinas de Paulo Afonso e Boa Esperança e da construção das hidrelétricas de Sobradinho e de Itaparica. O comércio, como atividade subsidiária, acompanhou o desempenho dos setores mais dinâmicos da economia nordestina naquele período. A indústria de transformação, por já se encontrar razoavelmente integrada ao restante da economia nacional, tem apresentado uma trajetória semelhante à da indústria nacional, como se viu na TABELA 3. Ainda a propósito da TABELA 9, três outros aspectos são dignos de consideração:

- a) a elevada participação do setor público na formação bruta de capital fixo no subsetor dos serviços comunitários, sociais e pessoais e no subsetor de transportes, armazenagem e comunicações, de resto explicáveis pela própria natureza daquelas atividades econômicas;

* Para uma sugestiva interpretação do assunto, ver GOMES⁽¹⁸⁾

TABELA 9
Nordeste
Participação do Setor Público na Formação Bruta de Capital Fixo Total
Anos Seleccionados
(%)

ATIVIDADE ECONÔMICA	Anos				
	1970	1975	1980	1983	1986
Agricultura, Silvicultura e Pesca	11,6	8,0	11,0	29,2	26,6
Indústria Extrativa Mineral	97,5	98,6	98,7	99,3	100,0
Indústria de Transformação	7,8	9,3	7,0	8,0	6,3
Energia Elétrica e Abastecimento de					
Água	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Construção	-	-	4,2	16,5	2,7
Comércio (inclusive, Rest. e Hospedagem)	6,7	5,4	1,1	2,6	4,5
Transportes, Armazenagem e Comunicações	31,2	77,7	75,6	79,5	80,2
Ativ. Finan., Bens Imóv. e Serv. de					
Empresas	3,3	5,0	10,7	17,1	4,3
Serviços Comunitários, Sociais e					
Pessoais	82,0	85,2	81,4	85,3	84,7
TOTAL	43,6	40,5	45,3	52,5	51,0

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.

- b) o aumento da participação dos investimentos públicos na formação bruta de capital fixo do Nordeste, em 1983, nos subsetores mais diretamente relacionados com as políticas de atenuação dos efeitos da seca, como são os casos da agropecuária, construção civil, transportes, armazenagem e serviços comunitários e sociais;
- c) a expressiva contribuição do setor público para a formação bruta de capital fixo total do Nordeste. A propósito, os percentuais relativos à participação dos investimentos públicos na formação de capital fixo para o País, como um todo, foram os seguintes: 23,5% em 1970; 16,9% em 1975; 10,5% em 1980; e 10,6% em 1983(7).

A recessão que atingiu a economia capitalista mundial no início dos anos oitenta acentuou a crise econômica que se encontrava em gestação no Brasil, desde a década anterior, trazendo reflexos diretos sobre as contas externas do País e projetando-se sobre o nível da produção nacional de bens e serviços.

TABELA 10
Brasil e Nordeste
Taxas de Crescimento do PIB Real, por Classes de Indústria
1981-83 e 1984-86
(%)

Classes de Indústria	Brasil		Nordeste	
	1981-83	1984-86	1981-83	1984-86
Extrativa Mineral	6,6	15,0	7,2	7,1
Transformação	- 5,6	8,6	- 7,5	7,4
Construção	- 7,7	10,5	3,4	6,9
Utilidade Pública	5,8	10,2	3,4	9,0
TOTAL	- 5,3	9,1	- 2,7	6,9

FONTE: Fundação IBGE (7) e SUDENE/DPG/PSE/GCR.

Enquanto isso, a economia nordestina enfrentou as fases de desaceleração e de recessão da economia nacional — às quais se juntaram os já mencionados efeitos da seca de 1979-83 — sustentada pelas políticas de investimentos públicos referidas. A verificação do comportamento da indústria durante a fase recessiva permite que se avance mais na interpretação das forças impulsionadoras da economia nordestina.

A TABELA 10 contém dados relativos às taxas de crescimento do setor industrial brasileiro e nordestino, nos períodos 1981-83 e 1984-86, isto é, nos períodos da recessão e pós-recessão. Essa tabela corrobora o que foi dito anteriormente acerca da integração inter-regional da indústria de transformação do Nordeste, que apresentou desempenho semelhante ao comportamento do setor industrial brasileiro. A tabela confirma, também, a observação feita sobre o papel das atividades voltadas para a redução do impacto da seca, no caso a construção civil e os investimentos em utilidades públicas.

A TABELA 11 apresenta as taxas de crescimento da produção dos ramos industriais que, englobadamente, respondem por cerca de 85% do valor de transformação industrial (VTI) do Nordeste. Os percentuais apresentados na TABELA 11 chamam a atenção para:

- a) as semelhanças no comportamento de alguns ramos industriais do País e da Região, nos dois períodos considerados;
- b) o melhor desempenho, no Nordeste, da maior parte dos ramos industriais considerados na tabela, no período 1984-86;
- c) a resistência dos ramos químicos, de produtos alimentares e de fumo à conjuntura recessiva do começo da década. Os dois últimos, pela sua natureza, são menos vulneráveis à queda da demanda decorrente do processo recessivo. Além disso, a indústria nordestina de bens de consumo não-duráveis apresenta maior articulação intra-regional do que os outros dois grupos, cabendo ressaltar que o ramo têxtil exibe menor integração “para a frente” a nível regional. O grupo dos bens intermediários revela um certo grau de vinculação “para trás” com a indústria regional, com exceção dos ramos metalúrgico e borracha.*

* Essas características da indústria nordestina foram verificadas em estudos feitos em projetos industriais aprovados pela SUDENE no período de 1963-77. Ver SOUZA⁽²⁴⁾.

TABELA 11
Brasil e Nordeste
Taxas de Crescimento da Indústria de Transformação
1981-83 e 1984-86
(%)

Grupos e Ramos Industriais	Brasil		Nordeste	
	1981-83	1984-86	1981-83	1983-86
I. Bens de Consumo Não-duráveis				
Têxtil	- 6,4	7,3	- 6,5	12,9
Vestuário e Calçado	- 3,4	5,1	- 8,2	17,6
Produtos Alimentares	2,2	- 0,1	7,0	- 1,8
Bebidas	- 5,1	11,0	- 5,7	18,3
Fumo	2,3	7,5	2,9	16,7
II. Bens Intermediários				
Minerais Não-metálicos	- 9,1	8,7	9,6	16,1
Metalúrgica	- 7,8	11,0	-	12,6
Química	1,3	5,8	1,2	4,5
III. Bens de Capital e de Consumo Duráveis				
Material Elétrico e de Comunicações	- 7,9	14,5	1,2	22,4

FONTE: Fundação IBGE (5).

Em uma conjuntura recessiva, o desempenho da indústria regional deve ser analisado a partir de alguns parâmetros que identifiquem os ramos industriais por:

- a) grau de essencialidade, como é o caso dos produtos alimentares;
- b) coeficiente de elasticidade-substituição, a exemplo do fumo;
- c) integração inter-regional do mercado, como ocorre com as indústrias têxtil e química;
- d) vinculação inter e intra-regional "para a frente", como é o caso da indústria extrativa mineral.

Convém ressaltar, a essa altura, que as iniciativas modernizadoras que se verificaram na agricultura e na indústria brasileira ao longo dos últimos 20 anos, não estiveram de todo ausentes no Nordeste. No entanto, elas tiveram natureza e efeitos diferenciados nesta Região, já que a política de incentivos fiscais, administrados pela SUDENE, concede autonomia aos investidores para tomarem decisões quanto ao tipo, tamanho, localização e níveis tecnológicos dos projetos incentivados.

A importância dos incentivos fiscais para o financiamento da agropecuária e da indústria do Nordeste, nos últimos 20 anos, pode ser apreciada através das informações contidas na TABELA 12, que permite a comparação entre os valores dos incentivos concedidos e o PIB regional em anos selecionados do período 1970-87. Depois de terem representado proporções mais elevadas do PIB regional, em fins da década de sessenta, os valores dos incentivos fiscais passaram a *declinar relativamente* ao valor do produto regional bruto, até alcançarem 0,5 em 1987. Esse declínio deveu-se à diminuição real dos incentivos à disposição do Nordeste, em decorrência das alternativas criadas para a utilização dos recursos em projetos aprovados pelo FINAM, Fiset e outros programas.* Essa explicação para a redução dos recursos do FINOR não implica juízo de valor acerca da política de incentivos fiscais para a industrialização. A discussão não deve cingir-se ao questionamento das políticas compensatórias em um sistema econômico marcado por desigualdades regionais e que convive com uma variedade de incentivos e subsídios que beneficiam largamente as regiões mais ricas. Cabe questionar, isto sim, o fato de os incentivos fiscais para a industrialização do Nordeste (e do Norte) não constituírem uma das peças de um modelo defi-

* A participação do 34/18 — FINOR nos recursos dos incentivos fiscais, que havia sido de 55,0% em 1970, era de 23,4% em 1984 TAVARES⁽²⁸⁾.

TABELA 12
Nordeste
Produto Interno Bruto e Valor dos Incentivos Fiscais
Anos Seleccionados
(Cz\$ Milhões de 1988)

ANOS	PIB cf (A)	Valor dos Incentivos Fiscais (B)	(B)/(A)
1965	2.626.744	16.263	0,6
1968	3.002.909	114.302	3,8
1971	3.958.470	117.086	3,0
1974	6.109.199	187.029	3,1
1977	8.500.072	119.386	1,4
1980	10.765.796	109.360	1,0
1983	10.572.209	64.607	0,6
1986	13.627.122	166.127	1,2
1987	14.464.511	75.870	0,5

FONTE: SUDENE/Assessoria de Indústria e Comércio.

nido de industrialização regional, que procure maximizar o potencial de vinculações inter e intra-setoriais e de articulações econômicas intra-regionais.

Os pólos industriais existentes no Nordeste — sucro-alcooleiro no litoral oriental; petroquímico e cloroquímico no litoral sul-oriental; metal-mecânico em Pernambuco; têxtil e de confecções no Ceará; mineral-metalúrgico no Oeste no Maranhão; e agroindustrial no perímetro irrigado do Médio São Francisco⁽³⁾ — constituem, antes de tudo, respostas às potencialidades econômicas das respectivas áreas e às demandas provenientes da integração da economia nordestina às regiões mais ricas do País, que foi acentuada a partir da década de setenta. Os dois primeiros pólos mencionados, por razões locacionais e pela sua própria natureza econômica, estão fortemente integrados à região Sudeste; os dois últimos, assim como a zona graneleira do cerrado nordestino deverão articular-se com aquela região através da Ferrovia Norte-Sul. Desse modo, por razões econômicas e locacionais, os pólos mais dinâmicos da Região tornam-se cada vez mais integrados à economia do Sudeste, sendo reduzidas as condições de internalização na economia nordestina da renda ali gerada.

Os resultados mais visíveis da política de concessão de incentivos fiscais e financeiros ao setor privado, através do FINOR, tem sido, por um lado, o surgimento de enclaves formados por projetos agropecuários com elevados níveis de capitalização, e cujo impacto econômico ainda não se manifestou através do aumento do volume e da diversificação da produção da Região. É sintomático, a propósito, que aquele tenha sido o setor que apresentou menor crescimento no Nordeste entre 1970 e 1983. Como se observa na TABELA 13, durante o período de 1970-85, os indicadores relativos ao setor agropecuário nordestino não apresentaram diferenças marcantes em comparação com os índices correspondentes ao País, exceto no caso dos tratores, cujo número cresceu a taxas mais elevadas na Região, particularmente na segunda metade da década de setenta, e que coincide com a fase de maturação dos investimentos realizados com recursos do 34/18-FINOR, ao longo da década anterior.

Igualmente aumentou a proporção do rebanho bovino do Nordeste no total brasileiro no mesmo período, vindo a diminuir no decorrer da primeira metade dos anos oitenta, à semelhança do que ocorreu com o número de tratores. As informações contidas na TABELA 13 são reve-

TABELA 13
 Brasil e Nordeste
 Taxas de Crescimento de Indicadores Agropecuários
 1970/1985
 (%)

	1970/1975	1975/1980	1980/1985	1970/1980	1970/1985
Área Total dos Estabel.					
Brasil	1,9	2,4	0,6	2,2	1,7
Nordeste	1,2	2,4	0,8	1,8	1,4
Área das Lavouras Perm.					
Brasil	1,0	4,6	- 1,2	2,7	1,4
Nordeste	- 0,1	4,1	- 2,7	2,0	0,4
Área das Lavouras Temp.					
Brasil	4,0	4,1	1,9	4,0	3,3
Nordeste	2,2	5,7	1,8	3,9	3,2
Pessoal Ocupado					
Brasil	3,0	0,8	1,9	1,9	1,9
Nordeste	2,9	1,3	2,1	2,1	2,1
Número de Tratores					
Brasil	14,3	11,0	3,6	12,6	9,6
Nordeste	15,7	20,3	0,1	18,0	11,7
Efetivo Bovino					
Brasil	5,3	3,0	1,6	4,2	3,3
Nordeste	5,5	3,6	0,7	4,5	3,2

FONTE: Fundação IBGE (16).

ladoras, por outro lado, dos reflexos negativos da recessão de 1981-83 — e da seca de 1979-83, no caso do Nordeste — sobre a atividade agropecuária do País e da Região.

Por outro lado, não obstante terem os investimentos industriais contribuído para modificar a estrutura da produção industrial nordestina, eles não tiveram o efeito de aumentar a participação do setor na composição do PIB regional, como se observa na TABELA 14. As mudanças na participação dos grandes setores para a formação do PIB nordestino têm decorrido, na realidade, da perda de importância relativa da agricultura e do simultâneo aumento da contribuição das atividades terciárias para a formação do PIB regional. A TABELA 14 mostra que o setor secundário vem mantendo a sua participação com variações entre 25,0% e pouco menos de 28%, durante os 18 anos considerados. Cabe-ria mencionar, a propósito, a diferença que existe entre as economias brasileira e nordestina nesse aspecto, visto que a participação da agricultura era de 11% e a da indústria de 38% do PIB brasileiro em 1987^(2:181), em comparação, respectivamente, com 13% e 26% do Nordeste. A tabela mostra, também, um consistente processo de terciarização da economia nordestina, o que, aliás, guarda coerência com as elevadas taxas de crescimento do setor, conforme mostra a TABELA 4.

TABELA 14
Nordeste
Participação Relativa dos Grandes Setores no PIB cf
Anos Selecionados
(%)

ANO	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	21,8	26,6	51,6	100,0
1975	22,1	26,9	51,0	100,0
1980	18,5	27,3	54,2	100,0
1985	15,9	26,2	59,7	100,0
1988	14,3	24,8	60,9	100,0

FONTE: SUDENE/DPG/PSE/GCR.

Além disso, a industrialização do Nordeste, capitaneada pelos incentivos fiscais do 34/18-FINOR, tem levado à concentração de investimentos nas indústrias produtoras de bens intermediários — principalmente a indústria química e, secundariamente, as de plástico, borracha, madeira e metalúrgica — e de bens de capital, especialmente a mecânica. A TABELA 15 revela que os bens intermediários eram responsáveis por cerca de metade do VTI da Região de 1984 e mostra, ainda, que houve redução na participação relativa da indústria de bens de consumo não-duráveis no VTI do Nordeste entre 1970 e 1984. A observação da tabela permite constatar que a indústria química contribuía com um terço do VTI da Região em 1984; que os produtos alimentares tiveram a sua participação reduzida de cerca de 30% para 18% do VTI ao longo da década de setenta, e que os produtos têxteis e os minerais tiveram uma pequena, porém persistente, redução na composição do valor da transformação industrial do Nordeste no decorrer daquela década.

Outra constatação de grande relevância que se faz a partir da TABELA 15 é de que a industrialização incentivada do Nordeste tem levado esta Região a uma especialização industrial, de modo que 54% do seu VTI, em 1984, provinham de dois ramos industriais: química e produtos alimentares. O primeiro, classificado como indústria dinâmica, cresceu especialmente em função da disponibilidade de matéria-prima na Região, particularmente no eixo Bahia-Sergipe, além das regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza. A indústria de alimentos, classificada como tradicional, está voltada para o mercado regional nordestino. Se acrescentados àqueles dois ramos os percentuais de participação dos ramos têxtil, mineral, metalúrgico, vestuário e calçados, e indústria mecânica, chega-se a 85% do VTI do Nordeste em 1984.

Conclui-se, assim, que a indústria nordestina tem-se orientado para:

- a) transformações dos recursos naturais;
- b) produção de bens semiduráveis de consumo;
- c) metalúrgica e mecânica de médio e pequeno porte.

Um dos resultados dessa configuração é que a Região não tem alcançado uma participação mais expressiva no comércio inter-regional como exportadora de produtos da chamada indústria dinâmica. Essa especialização do Nordeste, aliás, contraria os objetivos da política de incentivos fiscais, que era de modificar os padrões da articulação inter-regional do Nordeste, de modo a diversificar as exportações de manufatura-

TABELA 15
Nordeste
Participação dos Grupos e Ramos de Indústria no Valor da
Transformação Industrial
1970-1984
(%)

GRUPOS E RAMOS	ANOS			
	1970	1975	1980	1984
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0
I. Bens de Consumo Não-duráveis	53,7	47,2	39,8	42,5
Farmacêutico	0,4	0,4	0,3	0,4
Perfumaria	0,8	1,1	0,6	0,8
Têxtil	13,0	12,2	11,4	9,8
Vestuário e Calçados	3,6	4,7	5,5	4,5
Produtos Alimentares	29,1	23,0	17,6	22,9
Bebidas	4,7	2,8	1,9	1,9
Fumo	3,2	1,0	0,5	1,1
Editorial e Gráfica	2,4	2,1	1,8	1,2
II. Bens Intermediários	34,9	40,5	49,8	48,8
Minerais	11,2	9,2	8,6	5,2
Metalúrgica	5,0	8,0	5,9	7,6
Madeira	1,6	1,8	2,1	0,9
Papel e Papelão	0,9	1,5	1,8	1,3
Couros e Peles	0,7	0,6	0,5	0,9
Química	14,6	17,3	28,3	31,0
Matéria Plástica	0,6	1,6	2,1	1,5
Borracha	0,3	0,4	0,5	0,4
III. Bens de Capital e de Consumo Duráveis	7,8	11,2	9,9	8,6
Mecânica	1,8	5,0	4,9	4,0
Material Elétr. e Comunicação	2,5	2,9	2,5	2,8
Material de Transporte	1,1	1,2	0,8	0,6
Mobiliário	1,9	1,5	1,4	0,8
Diversos	0,4	0,6	0,3	0,3

FONTE: Fundação IBGE (10) (11) (12) (13).

dos e a diminuir as exportações de matérias-primas, de produtos intermediários e de bens de consumo duráveis e de capital. A esse respeito, é sempre pertinente a observação de que a industrialização incentivada do Nordeste representou um distanciamento da proposta do GTDN, de se criar no Nordeste um núcleo industrial autônomo, baseado nas potencialidades regionais e voltado para o mercado interno⁽¹⁹⁾.

Não se está, com isso, deixando de reconhecer que a proposta do GTDN surgiu no momento em que se encontrava em execução o Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-61), que deu grande impulso às indústrias de base e de bens de consumo duráveis, que se localizaram predominantemente na região Sudeste. Caberia, assim, questionar as condições objetivas de viabilização, naquela época, de um núcleo industrial autônomo no Nordeste.

3. COMÉRCIO EXTERNO

O Nordeste, sendo parte de um sistema econômico relativamente fechado ao exterior, apresenta coeficientes de exportação menores do que os do País como um todo. Enquanto as exportações nacionais representavam 8,5% do PIB brasileiro em 1987, as vendas do Nordeste ao exterior, naquele ano, correspondiam a 5,3% do PIB regional. Por outro lado, as relações comerciais do Nordeste revelam uma situação que vem mantendo-se há várias décadas, em que os saldos do comércio com o exterior são positivos, enquanto a balança comercial com o resto do País tem sido permanentemente deficitária.

Em 1982, o Nordeste apresentou um saldo positivo de NCz\$ 233 milhões na balança comercial com o exterior e um déficit de NCz\$ 604 milhões nas transações com o resto do País. Tem havido, no entanto, uma diversificação do comércio interno e externo do Nordeste, decorrente das seguintes causas:

- a) mudança no padrão regional do desenvolvimento brasileiro;
- b) consolidação do processo de integração econômica inter-regional;
- c) diversificação do setor industrial nordestino; e
- d) políticas alfandegárias protecionistas, em escala nacional.

TABELA 16
Nordeste
Comércio Exterior, por Classes de Produtos
Valor em US\$ Milhões — FOB
Anos Seleccionados

Classes de Produtos	Exportações						Importações					
	1975		1980		1985		1985		1980		1985	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Produtos Básicos	1.041,8	70,1	1.234,2	53,7	835,4	32,7	100,8	16,6	602,5	43,6	342,5	44,5
Produtos Semi-elaborados	238,3	16,0	495,9	21,6	516,0	20,4	129,1	21,3	209,9	15,2	146,7	19,1
Produtos Elaborados	200,9	13,5	550,1	24,0	1.160,6	46,0	343,4	61,6	567,7	41,1	270,9	35,2
Outros Produtos	5,5	0,4	16,6	0,7	23,6	0,9	3,2	0,5	1,1	0,1	9,9	1,2
Total	1.486,6	100,0	2.296,8	100,0	2.525,6	100,0	606,5	100,0	1.381,3	100,0	770,1	100,0

FONTE: Ministério da Fazenda — CIEF.

A TABELA 16 mostra o conteúdo das transações no comércio externo da Região. Enquanto os produtos manufaturados e semimanufaturados participavam com 29,5% do valor das exportações para o exterior em 1975, em 1985 o percentual havia subido para 66,4%. Já os produtos elaborados e semi-elaborados, que representavam 82,9% das importações nordestinas do exterior em 1975, tiveram a sua participação reduzida para 54,2% em 1985.

As manifestações da diversificação da economia nordestina sobre o comércio externo evidenciam-se tanto através da redução dos produtos básicos na pauta de exportações, quanto pelo aumento deles no valor das importações. Ou seja: ao mesmo tempo em que a produção industrial passou a ter maior importância relativa nas exportações, cresceu a dependência regional de produtos básicos provenientes do exterior. De fato, a composição da pauta de importações do Nordeste mostra que os produtos alimentícios, os combustíveis e os produtos minerais em estado bruto representam cerca de metade do valor das compras no exterior; dentre os produtos semi-elaborados, destacam-se os produtos químicos e farmacêuticos e, na rubrica dos produtos elaborados, as máquinas industriais e os produtos minerais são os que têm maior peso relativo.

No tocante à pauta de exportações, o cacau em amêndoas, o açúcar demerara e a castanha de caju ocupam lugar de destaque dentre os produtos básicos de exportação. A pasta e a manteiga de cacau têm participação relativamente alta dentre os produtos semimanufaturados de exportação, enquanto o óleo combustível, a gasolina e o açúcar refinado são os produtos manufaturados mais vendidos para o exterior*.

4. A ECONOMIA NORDESTINA NO CONTEXTO NACIONAL

Em decorrência do melhor desempenho da economia nordestina, comparativamente com a brasileira ao longo dos anos setenta e da primeira metade da presente década, os indicadores regionais mais relevantes apontam para uma melhoria na participação do Nordeste no contexto nacional. Pelo que se verifica na TABELA 14, a década de setenta foi caracterizada por uma discreta, porém generalizada, melhoria nos indicadores de participação do Nordeste na economia brasileira.

* A indisponibilidade de dados atualizados sobre o comércio por vias internas não permite que se faça uma análise mais aprofundada das transformações naquele setor.

TABELA 17
Indicadores de Participação Relativa do Nordeste na Economia Brasileira
Anos Selecionados
(%)

INDICADORES	Anos				
	1970	1975	1980	1985	1987
PIB p m	12,6	12,9	13,9	15,0	15,8
PIB "Per Capita"	45,8	46,3	48,8	53,0	54,4
PIB Agrícola	27,9	27,1	20,5	21,6	22,7(*)
PIB Industrial	9,6	9,8	11,6	10,2	10,4(*)
PIB Serviços	12,4	13,2	14,7	14,0	15,8(*)
ICM Arrecadado	-	9,2	11,6	13,4	12,5
Consumo de Cimento "Portland"	14,4	12,5	13,5	16,1	16,3
Consumo de Energia Elétrica (1.000 MWh)	8,9	11,1	11,6	14,9	14,6

FONTE: NORDESTE: (23) Fundação IBGE (5) (6) (7) (8).

SUDENE/DPG/PSE/GCR.

(*) Dados relativos ao ano de 1986.

Esse crescimento marcou o primeiro quinquênio da década de oitenta, tendo havido, no entanto, uma redução na participação de alguns indicadores a partir de 1985, o que pode ser explicado pelo desempenho insatisfatório da economia regional nos anos de 1985 e 1987, como se verifica na TABELA 1.

Os ganhos na participação relativa do Nordeste, ao longo dos anos setenta e início desta década, não escondem o fato de esta Região abrigar cerca de 30% da população brasileira e exibir indicadores de desempenho econômico que se situam em torno dos 15% dos totais nacionais.

Por outro lado, a comparação entre as TABELAS 14 e 17 mostra que, enquanto a participação dos serviços no PIB regional é de cerca de 60%, a sua contribuição para o PIB setorial do Brasil é de aproximadamente 16%. Desse modo, a terciarização do Nordeste tem sido acompanhada de aumento relativamente pequeno na participação dos serviços no produto setorial brasileiro. Isso pode ser explicado tanto pela contribuição dada pelo setor público para a geração do produto bruto regional, quanto pelo papel representado pelo setor não-organizado — o chamado setor informal — na economia nordestina, questão esta que será abordada mais adiante.

O Nordeste tem tido participação expressiva na produção nacional dos seguintes produtos, que vêm acompanhados dos percentuais de contribuição regional para os totais brasileiros: sisal (100%); cacau (86%); sal-marinho (80%); mamona (80%); gás natural (57%); mandioca (52%); feijão (43%); açúcar (38%); petróleo bruto (37%); algodão (22%); têxteis (13%); produtos alimentares (13%); bebidas (12%); minerais não-metálicos (11%); produtos químicos (10%).

5. DIMENSÃO SOCIAL DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DO NORDESTE

A TABELA 18 contém alguns indicadores sociais que mostram a evolução das condições sociais de vida da população nordestina e revelam, também, que os reflexos sociais do crescimento econômico verificado nos anos setenta não se reproduziram em ritmos equivalentes na década de oitenta. Por outro lado, a comparação dos dados contidos nas TABELAS 2 e 18 leva à constatação de que houve uma correspondência entre o desempenho da economia e o comportamento dos indicadores sociais. Para melhor se apreciar a situação dos indicadores sociais na Região, basta que se considere que a esperança de vida dos nordestinos, em 1987, assemelhava-se à da população do Haiti, que era de 55 anos. A taxa de mortalidade infantil era equivalente à do Lesoto, que era de 100 menores de um ano por mil nascidos vivos em 1987. A taxa de alfabetização correspondia à de Honduras, que era de 59,5% em 1985. O PIB “per capita” do Nordeste em 1987 correspondia ao triplo do PIB do Haiti e do Lesoto e a 1,3 do PIB por habitante de Honduras. A Tunísia tinha, em 1987, um PIB “per capita” de US\$ 1.080, equivalente, portanto, ao

TABELA 18
Nordeste
Indicadores Sociais
Anos Selecionados

INDICADORES	1970	1980	1985	1988
Esperança de Vida (anos)	44,4	51,0	51,5	54,5(***)
Mortalidade Infantil(*)	134,1	124,5	121,4	100,0(***)
Taxa de Alfabetização (%) (**)	45,2	53,3	60,3	63,7
Domicílios com Água Encanada Interna (%)	12,4	31,6	44,4	48,4
Domicílios com Instalação Sanitária Ligada à Rede Geral ou Fossa Séptica (%)	7,9	13,3	16,1	16,1(***)

FONTE: Fundação IBGE (9) e PNAD. Jaguaribe (20).

(*) Menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos.

(**) Pessoas de 15 anos e mais.

(***) Dados relativos ao ano de 1987.

do Nordeste. No entanto, a esperança de vida dos tunisianos chegava aos 65 anos, a taxa de mortalidade infantil era de 59% e a de alfabetização correspondia, em 1985, a 45% da população de mais de 15 anos*.

As precárias condições de trabalho da maioria da população economicamente ativa do Nordeste fornecem outra visão dos efeitos sociais de desenvolvimento regional. As informações contidas na TABELA 19 são eloqüentes nesse sentido. Apesar de estar havendo uma redução dos percentuais de pessoas ocupadas que ganham até dois salários mínimos por mês, ainda assim pouco menos da metade dos trabalhadores situam-se naquela faixa de rendimentos. Por outro lado, não obstante estar havendo um aumento dos percentuais de trabalhadores que contribuem para a previdência social, mesmo assim a proporção dos contribuintes não chega sequer a um terço da PEA ocupada.

* Os dados sobre o PIB "per capita", esperança de vida e taxa de mortalidade infantil são do BANCO MUNDIAL (2:176, 238). As informações sobre taxa de alfabetização são do ALMANAQUE ABRIL (1:523, 446).

Os coeficientes de Gini sobre a distribuição salarial da população economicamente ativa revelam que está havendo um processo de concentração na distribuição dos rendimentos dos trabalhadores. Isso não conflita com as outras informações contidas na TABELA 19, porque têm aumentado os percentuais de trabalhadores nas faixas intermediárias e altas de rendimentos.

A mudança na distribuição da PEA por setores econômicos (TABELA 20) acompanha as transformações na composição setorial do PIB nordestino, estando ocorrendo uma redução na absorção de mão-de-obra pelo setor primário, um pequeno aumento da participação relativa do emprego industrial e uma ampliação mais expressiva da ocupação no setor terciário. A esse respeito, vale ressaltar que o setor informal urbano vem contribuindo para amortecer a crise de falta de oportunidades de trabalho no setor organizado da economia nordestina, absorvendo, mesmo que precariamente, grandes contingentes de trabalhadores.

Dependendo da concepção que se tenha de setor informal, as estimativas acerca do trabalho informal nas áreas urbanas do Nordeste oscilam entre 40% e 60% da PEA(21:545-9)(4:11-5).

TABELA 19
Nordeste
Condições de Trabalho da PEA Ocupada
1970-87

INDICADORES	1970	1980	1985	1988
Rendimentos até um Salário Mínimo	86,4	64,4	48,1	46,8
Contribuintes da Previdência Social (%)	16,2	26,4(*)	26,5	29,7
Distribuição de Rendimentos -- Coeficientes de Gini	0,566	0,571	0,589	0,587

FONTE: Fundação IBGE (9) (17) PNAD, 1988.

(*) Dado relativo ao ano de 1979.

TABELA 20
Nordeste
Distribuição da PEA por Grandes Setores
Anos Selecionados
(%)

Ano	Primário	Secundário	Terciário	Total
1970	62,2	10,6	26,8	100,0
1976	57,1	14,7	28,2	100,0
1980	49,1	15,0	35,9	100,0
1985	46,4	15,0	38,6	100,0
1988	41,0	15,8	43,2	100,0

FONTE: SUDENE/CPR/ED-SIRIS E IBGE — PNAD, 1988.

Os problemas sociais do Nordeste têm sido atenuados pelas emigrações para outras regiões, o que faz com que as taxas de incremento populacional desta Região sejam menores do que as do País.

A saída líquida de nordestinos para outras regiões foi de 1,5 milhões de pessoas no período de 1970-80, sendo de -5.496,8 mil pessoas o saldo migratório da Região em 1980^(25:36-7). Ao longo da década atual tem havido uma redução dos fluxos migratórios para outras regiões. Porém, como continua elevada a emigração das zonas rurais, as áreas urbanas da Região passaram a absorver a maior parcela dos migrantes: estima-se que a imigração urbana no Nordeste tenha crescido, em termos líquidos, de 1,7 para 2,9 milhões de pessoas no decorrer das décadas de sessenta e de setenta, respectivamente^(22:43).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do período 1970-87, o desempenho do PIB do Brasil e do Nordeste mostrou-se semelhante quanto à trajetória. No entanto, a taxa média anual de crescimento do produto bruto regional foi superior à taxa de expansão do PIB brasileiro. Esse comportamento, conquanto tenha contribuído para melhorar a participação de alguns indicadores

do Nordeste relativamente aos índices do País como um todo, não tem sido suficiente para colocar esses indicadores em patamares aproximados dos valores nacionais.

A par do processo de desconcentração regional do crescimento econômico ainda em curso, dois fenômenos contribuíram para a explicação da trajetória do produto regional naquele período: as altas taxas de incremento do produto agrícola em anos pós-seca, e o impacto atenuado da conjuntura recessiva sobre o produto industrial nordestino.

Por outro lado, a intensificação do processo de integração do Nordeste à economia regional cada vez mais condiciona o crescimento desta Região ao desempenho global da economia brasileira. Assim, as perspectivas de crescimento do Nordeste dependem das condições em que se der a retomada do crescimento nacional, inclusive do papel que for atribuído à Região na divisão inter-regional do trabalho, e da contribuição que dela for exigida para que o Brasil se integre competitivamente à economia mundial.

A década de noventa prenuncia-se como uma época de grandes transformações na economia brasileira. Pensar o desenvolvimento brasileiro nos anos noventa significa, entre outras prioridades, imaginar e executar políticas que diminuam efetivamente as desigualdades inter-regionais de renda e o descompasso existente entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

Com relação ao Nordeste, alguns reclamos antigos permanecem atuais:

- a) utilização efetiva do vasto cabedal de conhecimentos para a convivência da zona semi-árida com as secas periódicas;
- b) redução da agricultura de subsistência, que requer, entre outras políticas, a reorganização fundiária e a reforma agrária;
- c) políticas de criação de empregos, donde a necessidade de implementação de programas de apoio à pequena produção rural e urbana fazendo uso, inclusive, do grande acervo de experiências acumuladas por órgãos públicos atuantes na Região; e
- d) resgate da grande dívida social existente no Nordeste, com prioridade para programas de atendimento às necessidades básicas da maioria da população.

A par dessas políticas de caráter compensatório, a redefinição de papéis no processo de retomada do crescimento econômico nacional exigirá que se dê ênfase às atividades econômicas regionais que apresentam maior dinamismo e maiores potencialidades.

O papel a ser atribuído ao Nordeste na nova divisão inter-regional do trabalho deverá passar pela consolidação dos pólos industriais anteriormente referidos (além do pólo agropecuário da zona do Cerrado), buscando promover a articulação econômica entre eles e deles com o restante da economia.

Para isso, será necessário realizar a integração da malha ferroviária do Nordeste. Caberá, além disso, a identificação de outros pólos de modernidade potenciais, dentro do contexto de um projeto de industrialização a partir de uma perspectiva de integração competitiva do Nordeste à economia das outras regiões do País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMANAQUE Abril: 1990. São Paulo, Ed. Abril, 1990. p. 523, 446.
2. BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**: 1989. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1989. p. 18.
3. BUARQUE, Sérgio C.. **O Estado no processo de integração e desagregação do Nordeste**. Olinda, Anais do 7. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1988. p. 19-42.
4. FUNDAJ/STAS — SINE — PE. **Investigação sobre o setor informal na RMR: os autônomos de baixa renda**. Recife, 1986. p. 11-15.
5. FUNDAÇÃO IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**: 1971. Rio de Janeiro, 1972.
6. _____. _____. : 1984. Rio de Janeiro, 1985.
7. _____. _____. : 1986. Rio de Janeiro, 1987.
8. _____. _____. : 1988. Rio de Janeiro, 1989.
9. _____. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro, s.d.
10. _____. **Censo industrial**: 1970. Rio de Janeiro, 1974-5.
11. _____. _____. : 1975. Rio de Janeiro, 1979-81.
12. _____. _____. : 1980. Rio de Janeiro, 1984.
13. _____. _____. : **Pesquisa industrial: 1982-84, dados gerais**. Rio de Janeiro, 1988.
14. _____. **PNAD**. Rio de Janeiro, s.d.
15. _____. **Produção agrícola municipal**: 1975. Rio de Janeiro, 1978.
16. _____. **Sinopse preliminar do senso agropecuário**: 1985. Rio de Janeiro, 1987.
17. _____. **Tabulações avançadas**. Rio de Janeiro, s.d.
18. GOMES, Gustavo Maia. Da recessão de 1981-83 aos impactos do Plano Cruzado no Brasil e no Nordeste: um alerta para o presente, **Boletim Sócio-Econômico do Nordeste**, 1 (1):91-6, mar. 1987.
19. GTND. **Uma Política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife, SUDENE, s.d. p. 57-8.
20. JAGUARIBE, Hélio et alii. **Brasil: reforma ou caos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

21. JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste: 1981-83. **R. Econ. do Nordeste**, 16 (4); 545-9, out.dez., 1985.
22. MOURA, Hélio & Santos, Taís. **Dinâmica demográfica recente dos estados e microrregiões do Nordeste: 1060/1980**. Recife, FUNDAJ, 1986.
23. NORDESTE: Análise conjuntural. Fortaleza, BNB,ETENE, 26 (1), jan./jun., 1988.
24. SOUZA, Aldemir do Vale. **Política de industrialização, emprego e integração regional: o caso do Nordeste do Brasil**. Recife, PIMES/UFPE, 1986. p. 60-3. (Dissertação Mestrado).
25. SUDENE. **Indicadores sociais do Nordeste: 1979-80**. Recife, 1983. p. 36-7.
26. ————. **Produto e formação bruta de capital — Nordeste do Brasil 1965-86**. Recife, 1987, p. 58-60.
27. SUDENE/DPG/PSE/GCR. **O Desempenho da economia do Nordeste em 1987**. Recife. 1988, (mimeog.).
28. TAVARES, José Reinaldo C. **Os Incentivos fiscais e o desenvolvimento do Nordeste**. Recife, SUDENE, 1985, p. 26.

Abstract: Sets up a parallel between the National Gross Product of Brazil and the one of the Northeast, showing the regional performance and its repercussion in the domestic economy in the period 1970-80. It makes stand out the dynamics of the regional product, the foreign trade and its behavior in the period being considered, as well as it places the Northeastern economy in the national economic context. It analyzes the social dimension of the Region's economic growth and in its conclusions points out the prospects of growth of Brazil and that of the Northeast, in particular, observing that the decade of 1990 is predicted as of great transformations in the Brazilian economy.